

RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício de 2019

Em cumprimento do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, a firma Accive Insurance - Corretor de Seguros, SA., com o número de pessoa coletiva 506653285, com sede social na Avenida da Boavista, 1277 a 1281, 1.º, 4100-130 Porto, vem por este meio apresentar o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Enquadramento macroeconómico e de mercado

MUNDO

O ano de 2019, em termos económicos, foi marcado por níveis de incerteza decorrentes de tensões geopolíticas. As tarifas comerciais permaneceram no topo da agenda mundial, com as negociações entre os EUA e a China a terem momentos de tensão acentuada, mas a fecharem o ano com progressos significativos que levaram à assinatura da primeira fase do acordo comercial já no início de 2020. As negociações entre o Reino Unido e a União Europeia também viram muitos avanços e retrocessos em 2019, mas a vitória dos Conservadores, sob a liderança de Boris Johnson, nas eleições nacionais do Reino Unido, abriu caminho para o fim do impasse no parlamento Britânico e permitiu a aprovação do Acordo de Saída no final de 2019, com efeitos práticos a 31 de janeiro de 2020. Desta forma, os desenvolvimentos no final de 2019 aliviaram a incerteza, permitindo que o ano encerrasse numa nota positiva, refletida na melhoria do sentimento dos mercados financeiros.

Em geral, a **Economia Mundial** prolongou a sua evolução positiva em 2019, ao registar uma taxa de crescimento de +2.9%, sendo, no entanto, a mais baixa observada desde a Crise Financeira Mundial de 2009. Este abrandamento foi registado tanto nos Mercados Avançados como nos Mercados Emergentes e em Desenvolvimento. A atividade no setor industrial foi particularmente afetada por um comércio internacional desencorajador relacionado com a elevada incerteza política, levando ao enfraquecimento da produção industrial ao longo do ano. Em contraste, os serviços permaneceram amplamente resilientes, apoiados por condições de trabalho restritivas e por níveis de confiança dos consumidores relativamente elevados.

Na **Zona Euro**, o crescimento económico foi de +1.2% em 2019. As incertezas em torno do Brexit e da disputa EUA-China, tiveram como efeito um contexto externo mais incerto e penalizaram o comércio e o investimento. Isto foi particularmente negativo para o setor industrial Europeu, em especial para a indústria automóvel, que enfrenta também transformações estruturais tais como uma legislação mais restritiva e mudanças nas preferências dos consumidores. Em contraste, os mercados de trabalho permaneceram fortes em 2019, apoiando uma expansão sólida da procura interna. Como resultado, a taxa de

Av. da Boavista, 1277/81, Piso 1 4100-130 Porto
Tel. 22 616 45 61 | Fax 22 616 07 93

www.accive.pt



desemprego caiu abaixo dos níveis pré-crise, fechando 2019 em 7.6%. O BCE continuou a sua política monetária expansionista, sendo que uma das últimas decisões do Presidente do BCE antes da sua saída, foi a introdução de um pacote de estímulos monetários adicional e o relançamento do Programa de Compra de Ativos, de forma a combater os níveis baixos de inflação, que fechou o ano de 2019 em +1.2% (vs. +1.8% em 2018).

PORTUGAL

Ambiente Macroeconómico

Em Portugal, o crescimento económico, medido pelo aumento do PIB, continuou o seu sentido positivo em 2019 (+2.0%), apresentando, no entanto, um certo amadurecimento do ciclo económico e refletindo o maior grau de incerteza do contexto externo. O investimento, contudo, ganhou força em 2019, impulsionado pelo dinamismo no setor da Construção. As complicações internacionais afetaram o setor industrial e as exportações, no entanto, os serviços permaneceram resilientes. As condições do mercado de trabalho melhoraram ainda mais em 2019, apesar da criação de emprego ter abrandado, levando a taxa de desemprego para o nível mais baixo das últimas quase duas décadas anos (6.6%). Apesar de as condições do mercado de trabalho continuarem a apertar, as reduções do preço da energia, juntamente com algumas medidas administrativas, fizeram com que a taxa de inflação descresse para +0.3% em 2019 (vs. +1.2% em 2018).

O consumo privado manteve um ritmo robusto ao longo de 2019, embora abaixo do crescimento registado em 2018 (+2.3% em 2019 vs. +3.1% em 2018). O dinamismo do consumo foi sustentado pelo aumento expressivo do rendimento disponível, impulsionado pelo aumento do salário mínimo e pela dinâmica positiva de criação de emprego, num contexto de elevada confiança dos consumidores. As condições financeiras favoráveis, com taxas de juros em níveis históricos muito reduzidos, também abriram caminho para a manutenção de condições de crédito ao consumo amplamente favoráveis e promoveram simultaneamente o aumento dos preços imobiliários, o que proporcionou um incentivo acrescido nas dinâmicas de consumo.

O abrandamento nas despesas das famílias foi muito mais pronunciado nos bens duradouros, visto que a maior parte da procura reprimida durante o auge da crise parece já ter sido libertada. Por exemplo, as vendas de automóveis de passageiros diminuíram -2.0% em 2019 (vs. +2.6% em 2018), contraindo-se pela primeira vez desde 2012. No retalho, o crescimento total das vendas abrandou, influenciado também por níveis de inflação mais baixos, tanto nos alimentos, bebidas e tabaco (+3.9% em 2019 vs. +4.9% em 2018) como nos Produtos não-alimentares (+2.6% em 2019 vs. +5.0% em 2018).

Evolução do Mercado Segurador

De acordo com dados provisórios publicados pela ASF, em 2019, a produção de seguro direto em Portugal registou um valor de cerca de 12.2 mil milhões de euros, o que se traduz num decréscimo face a 2018 de -5,8%. Esta evolução inverte a tendência observada em 2018 de crescimento (mercado tinha crescido +11,1% face ao ano anterior).

O Ramo Vida apresentou uma contração significativa, tendo a produção decrescido -13,9%, e o Ramo Não Vida registou um crescimento durante o ano de 2019 de +8,0% acompanhando a melhoria da conjuntura económica.

A contração observada na produção do Ramo Vida durante o ano de 2019, foi sustentada sobretudo pelo decréscimo nos seguros de vida (-16,9% vs. 2018), os quais representam cerca de 76% da produção do respetivo ramo segurador. Os Contratos de Investimento, que representam aproximadamente 24% da produção do Ramo Vida, tiveram um desempenho distinto, com um decréscimo da respetiva produção em -3,6% face a 2018, atingindo cerca de 1.7 mil milhões de euros.

No Ramo Não Vida, a produção em 2019 atingiu os cerca de 5.2 mil milhões de euros, o qual representa um acréscimo de +8,0% em comparação com o ano anterior. Os ramos de Acidente e Doença e Automóvel, que conjuntamente apresentam um peso de 73% da produção do Ramo Não Vida, foram os segmentos que mais contribuíram para este aumento em 2019 com um aumento de 293 milhões de euros.

Os prémios brutos do seguro automóvel atingiram os 1.8 mil milhões de euros, um aumento de +7,0% face a 2018, tendo-se observado e face a 2018, um aumento de +9,7% no ramo de Acidentes e Doença, levando os prémios brutos deste ramo para um valor superior a 1.9 mil milhões de euros. Dentro deste último segmento e em linha com a recuperação económica observada em Portugal, destaca-se o segmento de Acidentes de Trabalho, linha que mais contribuiu para o crescimento, com uma variação positiva superior a +11,8% face ao ano passado.

Atividade da Empresa em 2019

Em 2019 registou-se maior atividade na dinamização da rede de agentes, nomeadamente na apresentação de novas soluções/produtos, no aumento do nº de visitas aos escritórios e na reformulação do modelo da reunião de agentes. Foi realizado um diagnóstico à rede, no sentido de apurarmos os pontos de melhoria e as necessárias ações a desenvolver no curto e médio prazo.

Investimento

Durante o exercício não se verificaram quaisquer investimentos.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2019 a sociedade dispunha de 3 efetivos a tempo inteiro e 3 administradores não remunerados.

Análise Económica e Financeira

No exercício 2019 a receita diminuiu 8,0% relativamente ao ano anterior cifrando-se em 483 mil euros.

O EBITDA atingiu o valor de 49 mil euros o que representa uma margem de 10,1% sobre a receita bruta e uma redução de cerca de 22 mil euros relativamente a 2018.

O Resultado Líquido do exercício de 2019 revela um lucro de 37.569,16 Euros.

Em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura, a política da Accive é parte integrante da política de risco do Grupo MDS, a qual se encontra definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo como uma política de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações consolidadas da MDS SGPS.

Perspetivas de Futuro para a Empresa

Em 2020 serão efetuadas novas ações de formação e divulgação dos diferentes produtos disponíveis junto da rede, serão elaborados novos relatórios periódicos de informação do negócio e acompanhamento da atividade de cada agente, que poderão proporcionar maior conhecimento das suas carteiras de clientes, identificar melhor novas oportunidades de negócio, tanto em cross como em up-selling, e aumentar o volume de prémios em linhas de produto específicas, rentabilizando a estrutura de custos e a capacidade instalada.

Proposta de Aplicação de Resultados

É proposto pela administração da Empresa que o Resultado Líquido Positivo do exercício de 2019, que se situou em 37.569,16 Euros tenha a seguinte proposta de distribuição:

Reserva Legal: 1.571,67 Euros

Resultados Transitados: 35.997,49 Euros

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

O Conselho de Administração da Accive, tem acompanhado em pormenor e com grande preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia de Covid-19, seguindo

Av. da Boavista, 1277/81, Piso 1 4100-130 Porto
Tel. 22 616 45 61 | Fax 22 616 07 93

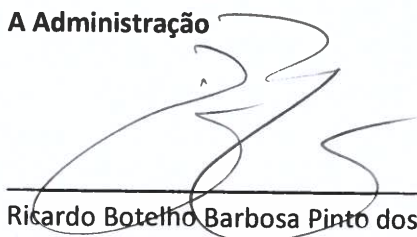
www.accive.pt



atentamente a posição das entidades competentes nacionais e internacionais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde e a European Centre for Disease Prevention and Control, bem como da Direção Geral de Saúde Portuguesa.

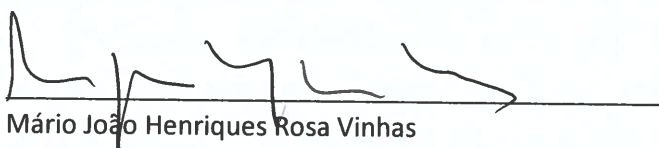
Tendo por base a melhor informação disponível à presente data, não nos é possível estimar com fiabilidade os impactos económicos que as medidas tomadas pelas autoridades nacionais e internacionais no âmbito das ações de contenção à propagação do novo Coronavírus - COVID 19 poderão ter na Accive. Contudo, estima-se que o impacto de tais medidas, não colocarão em causa a continuidade das operações, o cumprimento dos compromissos assumidos e/ou a situação de tesouraria (liquidez) da Sociedade.

A Administração



Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos

António Manuel Godinho Ribeiro



Mário João Henriques Rosa Vinhas



**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019**

1. Art.º 447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade não detêm qualquer participação na sociedade.

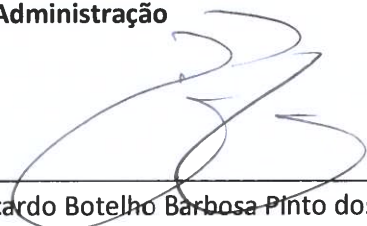
2. Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais

Acionistas que em 31 de Dezembro de 2019 eram titulares do capital da Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.:

Titulares	Percentagem
Mds – Corretor de Seguros, S.A.	70%
Rigorosacondição Representação Comercial, Lda	20%
Onebiz – SGPS, S.A.	10%

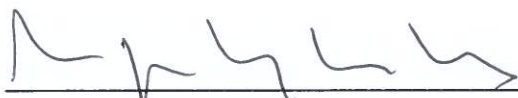
Porto, 14 de Julho de 2020

A Administração



Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos

António Manuel Godinho Ribeiro



Mário João Henriques Rosa Vinhas

Av. da Boavista, 1277/81, Piso 1 4100-130 Porto
Tel. 22 616 45 61 | Fax 22 616 07 93

www.accive.pt



Accive Insurance- Corretor de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 2º – 4100-130 Porto

Capital Social 51.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação 506 653 285

Relatório e Contas

31 de dezembro de 2019

fulven



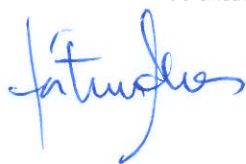
ACCIVE INSURANCE - Corretor de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Montantes expressos em euros)

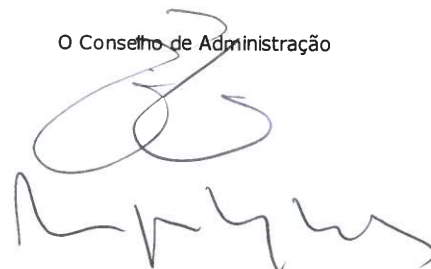
ATIVO	Notas	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	7	-	-
Ativos intangíveis	8	-	-
Participações financeiras - método equivalencia patrimonial	6	-	-
Outras contas a receber	9	16 459,74	21 469,19
Total de Ativos não correntes		<u>16 459,74</u>	<u>21 469,19</u>
ATIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos	14	3 440,64	-
Acionistas	15	-	40 000,00
Outras contas a receber	10	146 573,67	159 419,21
Diferimentos	11	3 525,33	3 979,86
Caixa e depósitos bancários	5	143 458,35	56 031,49
Total de Ativos correntes		<u>296 997,99</u>	<u>259 430,56</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>313 457,73</u>	<u>280 899,75</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	12	51 000,00	51 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	500 000,00	500 000,00
Reserva legal	12	8 628,33	6 085,00
Resultados transitados		(246 717,79)	(295 041,06)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		(126 703,33)	(126 703,33)
Resultado líquido do exercício		37 569,16	50 866,60
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>223 776,37</u>	<u>186 207,21</u>
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	13	-	7 114,32
Estado e outros entes públicos	14	1 961,30	6 956,00
Outras contas a pagar	16	75 669,06	68 571,22
Diferimentos	11	12 051,00	12 051,00
Total de passivos correntes		<u>89 681,36</u>	<u>94 692,54</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>89 681,36</u>	<u>94 692,54</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>313 457,73</u>	<u>280 899,75</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ACCIVE INSURANCE - Corretor de Seguros, SA

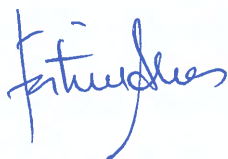
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

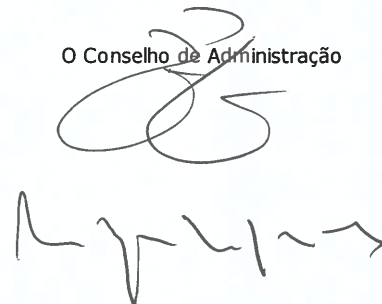
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Vendas e prestações de serviços	17	482 886,76	524 983,43
Fornecimentos e serviços externos	18	(368 289,62)	(394 497,11)
Gastos com o pessoal	19	(58 234,64)	(47 882,93)
Outros rendimentos e ganhos	20	6 490,42	5 526,12
Outros gastos e perdas	21	(14 104,85)	(17 228,11)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		48 748,07	70 901,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		48 748,07	70 901,40
Juros e rendimentos similares obtidos	22	128,40	4 592,85
Juros e gastos similares suportados	22	-	(1 486,65)
Resultado antes de impostos		48 876,47	74 007,60
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	(11 307,31)	(23 141,00)
Resultado líquido do exercício		37 569,16	50 866,60
Resultados por ação básico		3,68	4,99

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ACCIVE INSURANCE - Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)

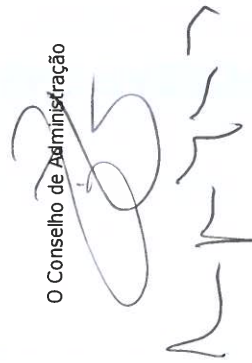
Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	51 000,00	500 000,00	1 637,57	(115 114,33)	(379 542,15)	88 948,52	146 929,61
Alterações no exercício	-	-	-	(11 589,00)	-	-	(11 589,00)
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	4 447,43	-	84 501,09	(88 948,52)	-
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	-	4 447,43	(11 589,00)	84 501,09	(88 948,52)	(11 589,00)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	50 866,60	50 866,60
Saldo em 31 de dezembro de 2018	51 000,00	500 000,00	6 085,00	(126 703,33)	(295 041,06)	50 866,60	186 207,21
Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado Líquido	Total
12	51 000,00	500 000,00	6 085,00	(126 703,33)	(295 041,06)	50 866,60	186 207,21
Alterações no exercício	-	-	2 543,33	-	48 323,27	(50 866,60)	-
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	-	2 543,33	-	48 323,27	(50 866,60)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	37 569,16	37 569,16
Saldo em 31 de dezembro de 2019	51 000,00	500 000,00	8 628,33	(126 703,33)	(246 717,79)	37 569,16	223 776,37

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ACCIVE INSURANCE - Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		499,401.00	491,957.77
Pagamentos a fornecedores		(362,399.11)	(383,581.97)
Pagamentos ao pessoal		(58,654.17)	(53,657.85)
Caixa gerada pelas operações		78,347.72	54,717.95
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(19,412.79)	(23,769.93)
Outros recebimentos / pagamentos		(11,807.38)	(6,094.26)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		47,127.55	24,853.76
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos concedidos		-	(85,000.00)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos		40,000.00	155,000.00
Juros e rendimentos similares		1,236.81	3,484.44
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		41,236.81	73,484.44
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(72,074.64)
Juros e gastos similares		(937.50)	(2,483.60)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(937.50)	(74,558.24)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)= (1) + (2) + (3)		87,426.86	23,779.96
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5	56,031.49	32,251.53
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	5	143,458.35	56,031.49

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Accive Insurance- Corretor de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Accive Insurance- Corretor de Seguros, SA ("Empresa" ou "Accive"), é uma sociedade anónima, com sede no Porto, e tem como atividade principal a mediação de seguros e consultoria financeira e de crédito.

Em 05 de janeiro de 2015, 70% do Capital Social da Accive foi adquirido pela empresa MDS – Corretor de Seguros, SA, pelo que, a partir desta data, a Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro 2019.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras



Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

2.4 Juízos de valor

- Justo valor de ativos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados ativos é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço.

O preço do mercado usado para os ativos financeiros da empresa é o preço recebido pelos acionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal dos ativos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respetivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

O justo valor dos passivos financeiros é estimado atualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

2.5 Principais pressupostos relativos ao futuro

- Estimativas e pressupostos críticos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados não diferem materialmente dos valores no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspeções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

Risco Taxa de Juro

A Administração da Empresa não tem considerado nos últimos exercícios a hipótese de cobertura de risco relativamente a variação da taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O risco taxa de juro resulta dos contratos de financiamento obtidos.

Como a empresa não tem ativos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da atividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta dos saldos a receber. O risco de crédito é avaliado pela Direção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da Empresa. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

Risco de Liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à Empresa uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, e da disponibilidade de facilidades de crédito. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente.

Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos entre outras medidas.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida mais capital próprio)) com o objetivo de o situar num intervalo confortável.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados,

gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	<u>%</u>
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	10 e 33,33

As perdas por imparidade identificadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.2. Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.3. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registrada.

3.4. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como ganhos na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

3.5. Investimentos em Empresas do Grupo ou Associadas

Os investimentos em partes de capital, controladas por empresas do grupo, mas em que a Empresa, individualmente, não tem capacidade de exercício de influência significativa ou controlo, são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os investimentos em partes de capital para os quais a Empresa tem capacidade de exercício de influência significativa e controlo são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da MDS no resultado integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas do grupo, por contrapartida do resultado integral ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa do grupo na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* e mantidas no valor de investimento financeiro. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Os restantes investimentos, nomeadamente efetuados em fundos de investimento, são registados pelo seu justo valor através de resultados determinado de acordo com a sua cotação de mercado.

3.6. Instrumentos financeiros

3.6.1. Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por

imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

3.6.2. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na rubrica juros e gastos similares suportados da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 3.2.12. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

3.6.3. Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

3.6.4. Benefícios de empregados

A empresa reconhece um passivo e o respetivo custo no exercício sempre que existam bónus atribuíveis a um conjunto alargado de colaboradores.

3.6.5. Provisões

São reconhecidas provisões quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

São reconhecidas provisões para cessação de emprego quando exista um plano detalhado (com indicação do nº de empregados, do departamento a que pertencem e da antiguidade e salário médios considerado para efeitos de cálculo da indemnização) e não haja possibilidade realista de retirada.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo é determinada em conjunto.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.6.6. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.6.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

3.6.8. Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial).

3.6.9. Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efetuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou *fees* com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor da empresa seguradora ou do cliente, respetivamente. Em determinadas circunstâncias a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

3.6.10. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6.11. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.6.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A empresa está inserida no grupo de empresas dominado pela MDS, SGPS, SA e tributado de acordo com Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a pagar ou a receber são incluídos nas rubricas do balanço em acionistas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.6.13. Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros registando nessa data igualmente o custo das comissões cedidas a agentes.

São considerados valores de proveitos diferidos relativamente à estimativa de comissões que possam vir a ser devolvidos em consequência do eventual cancelamento da respetiva apólice ou estorno de prémios.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras sujeitas à perspetiva que não venha a ocorrer renovação no futuro.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do ativo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.7. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Análises de imparidade de investimentos em empresas do grupo;
- Registo de imparidades ao valor do ativo, nomeadamente contas a receber;
- Registo de provisões.

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4.

3.8. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 3.6 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

	Nota	31.dezembro.2019		31.dezembro.2018	
		Empréstimos e contas a receber	Total	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativos não correntes					
Outras contas a receber	9	16 459,74	16 459,74	21 469,19	21 469,19
		<u>16 459,74</u>	<u>16 459,74</u>	<u>21 469,19</u>	<u>21 469,19</u>
Ativos correntes					
Acionistas	15	-	-	40 000,00	40 000,00
Outras contas a receber	10	146 573,67	146 573,67	159 419,21	159 419,21
Caixa e equivalentes de caixa	5	143 458,35	143 458,35	56 031,49	56 031,49
		<u>290 032,02</u>	<u>290 032,02</u>	<u>255 450,70</u>	<u>255 450,70</u>
		<u>306 491,76</u>	<u>306 491,76</u>	<u>276 919,89</u>	<u>276 919,89</u>
Passivos correntes					
Fornecedores	13	-	-	7 114,32	7 114,32
Outras contas a pagar	16	75 669,06	75 669,06	68 571,22	68 571,22
		<u>75 669,06</u>	<u>75 669,06</u>	<u>75 685,54</u>	<u>75 685,54</u>
		<u>75 669,06</u>	<u>75 669,06</u>	<u>75 685,54</u>	<u>75 685,54</u>

5 FLUXOS DE CAIXA

A 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Numerário	-	-
Depósitos bancários	<u>143,458.35</u>	<u>56,031.49</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>143,458.35</u>	<u>56,031.49</u>

6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe das participações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

		<u>31.dezembro.2019</u>			
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Total
Accive Insurance - Cabo Verde, S.A.	50.00%	<u>13,603.59</u>	-	-	<u>13,603.59</u>
Valor Bruto		<u>13,603.59</u>	-	-	<u>13,603.59</u>
Perdas por imparidade		<u>(13,603.59)</u>	-	-	<u>(13,603.59)</u>
Valor Líquido		-	-	-	-

		<u>31.dezembro.2018</u>			
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Total
Accive Insurance - Cabo Verde, S.A.	50.00%	<u>13,603.59</u>	-	-	<u>13,603.59</u>
Valor Bruto		<u>13,603.59</u>	-	-	<u>13,603.59</u>
Perdas por imparidade		<u>(13,603.59)</u>	-	-	<u>(13,603.59)</u>
Valor Líquido		-	-	-	-

A empresa Accive Insurance – Cabo Verde, S.A. foi constituída no final de 2007 ainda sem atividade, com capital de 2.500.000\$00 (escudos cabo verdianos), mas que nunca chegou a desenvolver a atividade, motivo pelo qual foi constituída uma imparidade pelo valor do investimento em exercícios anteriores.

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações é como se segue:

Ativo bruto	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	<u>19,090.67</u>	<u>19,090.67</u>
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	<u>19,090.67</u>	<u>19,090.67</u>
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	<u>19,090.67</u>	<u>19,090.67</u>
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	<u>19,090.67</u>	<u>19,090.67</u>
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	<u>19,090.67</u>	<u>19,090.67</u>
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	<u>19,090.67</u>	<u>19,090.67</u>
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2018	-	-
A 31 de dezembro de 2019	-	-

8 ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos ativos fixos intangíveis e respectivas depreciações é como se segue:

Ativo bruto	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	186.22	7,597.79	7,784.01
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	186.22	7,597.79	7,784.01
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	186.22	7,597.79	7,784.01
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	186.22	7,597.79	7,784.01
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	186.22	7,597.79	7,784.01
Diminuições	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	186.22	7,597.79	7,784.01
Valor líquido			
A 31 de dezembro de 2018	-	-	-
A 31 de dezembro de 2019	-	-	-

9 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Outros devedores	16 459,74	21 469,19
	16 459,74	21 469,19

Existe um mútuo concedido no âmbito de uma relação comercial com um franchisado, celebrado em 2011 e teria uma maturidade de 4 anos. No entanto, em 2016 este contrato foi renegociado, sendo assim liquidada a última prestação em 2024. O valor em aberto deste mutuo a 31 de dezembro de 2019 era de 25.469,19 €, dos quais 16.459,74 € classificados como ativo não corrente (28.169,19 €, dos quais 21.469,19€ classificados como ativo não corrente em 31 de dezembro de 2018).

10 OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe de outras contas a receber em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	26 537,32	41 639,21
Juros	-	1 108,41
	<u>26 537,32</u>	<u>42 747,62</u>
Outras dívidas de terceiros		
Fornecedores c/c - saldos devedores	1 773,56	1 933,67
Outros devedores		
Seguradoras	107 714,20	107 837,09
Outros	10 548,59	6 900,83
Clientes de cobrança duvidosa	29 509,80	29 509,80
	<u>149 546,15</u>	<u>146 181,39</u>
Perdas por Imparidade	(29 509,80)	(29 509,80)
Outras dívidas de terceiros	<u>120 036,35</u>	<u>116 671,59</u>
	<u>146 573,67</u>	<u>159 419,21</u>

11 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Valores devedores		
Seguros	949,04	1 092,45
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	2 324,69	2 640,39
Outros	173,53	168,84
Outros	78,07	78,18
	<u>3 525,33</u>	<u>3 979,86</u>
Valores credores		
Diferimento de comissões por cancelamento da respectiva apólice ou estorno de prémios (Nota 3.6.13)	12 051,00	12 051,00
	<u>12 051,00</u>	<u>12 051,00</u>

12 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e está representado por 10.200 ações com o valor nominal de 5 Euros cada totalizando o valor de 51.000,00 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2019 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

MDS – Corretor de Seguros, S.A.	70%
Rigorosacondição Representação Comercial, Lda	20%
Onebiz, S.A.	10%

Outros instrumentos de capital próprio

O valor incluído na rubrica Outros instrumentos de capital efetuadas pelos acionistas e seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

Outras variações no capital próprio

Em 2018, foi efetuado um ajustamento nos capitais próprios no montante de 11.589,00€ em virtude da aplicação do reconhecimento do rédito de contratos com clientes (Nota 3.6.13).

13 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é nulo e 7.114,32 Euros, respetivamente, respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento		
Pagamento por Conta	14 196,00	-
Retenção na fonte	309,20	-
Estimativa de imposto do exercício (Nota 24)	(11 064,56)	-
	<u>3 440,64</u>	<u>-</u>
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	-	4 664,84
Retenções na fonte	984,89	1 391,29
Contribuições para a Segurança Social	976,41	899,87
	<u>1 961,30</u>	<u>6 956,00</u>

15 ACIONISTAS

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Acionistas detalha-se como segue:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Activo corrente		
Empréstimos concedidos à participante:		
MDS - Corretor de Seguros, SA	-	40 000,00
	<u>-</u>	<u>40 000,00</u>

16 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Seguradoras	1,192.51	3,674.48
Agentes	779.37	323.28
Outros	2,703.68	2,709.20
Credores por acréscimos de gastos		
Comissões	55,775.95	46,687.85
Fornecimentos e serviços externos	6,275.30	6,150.00
Remunerações a liquidar	<u>8,942.25</u>	<u>9,026.41</u>
	<u>75,669.06</u>	<u>68,571.22</u>

17 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2019 e 2018 por mercados geográficos e por natureza é a seguinte:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Comissões		
Nacionais	<u>482,886.76</u>	<u>524,983.43</u>
	<u>482,886.76</u>	<u>524,983.43</u>

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 26 (Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal) e os valores de comissões nacionais é como segue:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ISP (Nota 25)	498 653,94	553 030,51
Valor de rappel dotado e não recebido	66 700,82	31 181,21
Dotação / (anulação) comissões	(82 468,00)	(58 766,29)
Outros	-	(462,00)
Total de comissões nacionais	<u>482 886,76</u>	<u>524 983,43</u>

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2019</u>	<u>31.Dezembro.2018</u>
Trabalhos especializados	48,918.40	56,499.66
Comissões	312,347.14	328,797.58
Serviços bancários	2,519.98	2,405.59
Conservação e reparação	2,605.92	5,580.67
Material de escritório	141.45	-
Artigos para oferta	327.54	-
Deslocações e estadas	-	11.85
Comunicação	163.41	45.28
Seguros	855.83	947.29
Contencioso e notariado	338.75	130.00
Outros	71.20	79.19
	<u>368,289.62</u>	<u>394,497.11</u>

19 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Remunerações	43,376.97	35,523.54
Encargos sobre remunerações	9,319.51	6,305.77
Seguros	3,259.46	3,378.03
Gastos com acção social	1,078.70	1,021.04
Outros gastos com pessoal	1,200.00	1,654.55
	<u>58,234.64</u>	<u>47,882.93</u>

Durante o exercício de 2019, o número médio de funcionários foi de 3 colaboradores.

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Outros		
Restituição de impostos	-	3,500.00
Regularizações	6,490.42	2,026.12
	<u>6,490.42</u>	<u>5,526.12</u>

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2019</u>	<u>31.dezembro.2018</u>
Impostos	7,238.43	6,633.92
Taxas	4,767.14	5,718.52
Quotizações	1,500.00	1,625.00
Outros	599.28	3,250.67
	<u>14,104.85</u>	<u>17,228.11</u>

O montante na rubrica Outros corresponde a regularizações de contas.

22 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Juros suportados	-	(1,486.65)
	-	(1,486.65)
	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Juros obtidos	128.40	4,592.85
	128.40	4,592.85

Em 31 de dezembro de 2018 os juros suportados respeitam ao empréstimo de longo prazo contraído junto da AGEAS que terminou em outubro de 2018.

Os juros obtidos respeitam a uma operação financeira com a MDS – Corretor de Seguros, S.A. que vence juros à taxa de mercado.

23 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e em 2018 é detalhado conforme se segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Imposto corrente	11,064.56	16,700.17
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	242.75	6,440.83
	11,307.31	23,141.00

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e de 2018 pode ser analisada como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Resultado antes de impostos	48,876.47	74,469.60
Benefícios fiscais	(300.00)	(300.00)
Outros		
Outros	599.32	53.39
Matéria colectável	49,175.79	74,222.99
Taxa de imposto sobre o rendimento	21.00%	21.00%
	10,326.92	15,586.83
Colecta	10,326.92	15,586.83
Derrama	737.64	1,113.34
Tributação autónoma	-	-
	11,064.56	16,700.17
Excesso / insuficiência de estimativa de imposto do ano anterior	242.75	6,440.83
Total do imposto	11,307.31	23,141.00

24 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transações

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Acionistas	96,320.48	149,474.07	24,279.16	21,598.00
Outras partes relacionadas	-	-	3,695.33	1,396.30
	<u>96,320.48</u>	<u>149,474.07</u>	<u>27,974.49</u>	<u>1,396.30</u>

Juros Obtidos

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Acionistas	128.40	4,592.85
	<u>128.40</u>	<u>4,592.85</u>

Saldos

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Acionistas	-	1,108.41	3,834.44	8,619.23
Outras partes relacionadas	1,914.69	-	-	-
	<u>1,914.69</u>	<u>1,108.41</u>	<u>3,834.44</u>	<u>8,619.23</u>

Empréstimos concedidos

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Acionistas	-	40,000.00
	<u>-</u>	<u>40,000.00</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS**Decreto-Lei nº 318/94 artº 5º nº 4****Operações Financeiras**

Posição credora	01.janeiro.2019	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2019
MDS - Corretor de Seguros, SA	40 000,00		40 000,00	-
	<u>40 000,00</u>	<u>-</u>	<u>40 000,00</u>	<u>-</u>

Posição credora	01.janeiro.2018	Aumentos	Diminuições	31.dezembro.2018
MDS - Corretor de Seguros, SA	110 000,00	85 000,00	155 000,00	40 000,00
	<u>110 000,00</u>	<u>85 000,00</u>	<u>155 000,00</u>	<u>40 000,00</u>

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração**

Informação incluída na Nota 3.6.13 – Rédito e Especialização dos exercícios

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	2019	2018
Numerário	482 886,76	524 983,43
Espécie		
TOTAL	482 886,76	524 983,43

Por tipo	Remunerações (€)	
	2019	2018
Comissões	482 886,76	524 983,43
Honorários		
Outras Remunerações		
TOTAL	482 886,76	524 983,43

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações				Fundos de Pensões	
		Ramo Vida		Ramo Não Vida		2019	2018
		2019	2018	2019	2018		
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	1 004,09	1 120,73	157 374,91	129 980,33		
1194	Generali - Companhia de Seguros, S.A.			68 404,39	83 501,40		
1184	Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal			33 675,18	37 726,50		
1028	Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	140,11	177,59	35 309,76	44 998,00		
4747	Baloise Belgium NV/SA			23 418,19	18 820,79		
1205	Liberty Seguros, Companhia de Seguros Y Reaseguros, S.A.	84,88	69,48	21 314,44	20 709,63		
1011	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	381,35	427,29	21 117,71	15 408,78		
1129	Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A.			15 261,01	34 924,96		
1026	Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.			7 560,77	8 679,02		
1188	MetLife Europe d.a.c.	7 858,49	12 843,34	255,85	595,44		
1160	Victoria - Seguros, S.A.			6 797,64	8 980,00		
1167	Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.			6 372,78	8 688,55		
1029	Real Vida Seguros, S.A.	4 402,35	6 505,95	76,14	68,40		
4702	Cardif Lux Vie	3 530,89	3 364,72				
1199	Asisa, Vida Seguros, S.A.U	2 402,33					
1039	Ageas Portugal - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	2 343,77	2 695,74				
1133	Caravela - Companhia de Seguros, S.A.			1 520,35	1 877,23		
1021	Generali Vida - Companhia de Seguros, S.A.	1 291,62	773,46				
1200	AIG Europe S.A. - Sucursal em Portugal			734,50			
1132	Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.	697,70	1 119,41				
1145	Mapfre Seguros Gerais, S.A.			287,92	1 211,46		
1156	Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	279,36	274,22				
1096	Victoria - Seguros de Vida, S.A.	194,68	253,79				
1131	Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.			28,13			
1157	ARAG SE - Sucursal em Portugal			25,96	16,95		
1186	Mapfre Seguros de Vida, S.A.	5,82	12,83				
1025	Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.		188,43				
9999	Outros sem código de mediação	27 411,27		31 322,42	78 969,01		
TOTAL		52 028,71	29 826,98	430 858,05	495 156,45	0,00	0,00

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2019	2018
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	32,8%	25,0%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2019	2018
Início exercício	23 197,68	24 805,52
Final do exercício (Nota 4)	33 421,22	23 197,68
Volume movimento do exercício		
A débito	457 233,41	363 720,81
A crédito	447 009,87	365 328,65

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2019	2018	2019	2018
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas de seguros	108 906,71	107 837,09	1 192,51	10 788,80
Outros mediadores	-,00	200,83	779,37	323,28
TOTAL	108 906,71	108 037,92	1 971,88	11 112,08

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2019	2018	2019	2018
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	108 906,71	107 837,09	1 192,51	10 788,80
Outras quantias			779	
TOTAL	108 906,71	107 837,09	1 971,88	10 788,80

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do exercício)

Informação divulgada nota 8.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2019	2018
Garantias (caução)	18 760,00	18 760,00

Garantia nos termos da alínea d) e nº 1 do Art.19 do Dec.Lei 144/2006, de 31 de Julho na redação dada pelo Dec.Lei 359/2007, de 2 de Novembro.

j) Transmissão de carteiras de seguros

Não aplicável

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não aplicável

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Cod.ASF	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/Fundos de Pensões			
		€		%	
		2019	2018	2019	2018
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	158 379,00	131 101,06	32,8%	25,0%
1194	Generali - Companhia de Seguros, S.A.	68 404,39	83 501,40	14,2%	15,9%
1184	Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal	33 675,18	37 726,50	7,0%	7,2%
1028	Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	35 449,87	45 175,59	7,3%	8,6%
4747	Baloise Belgium NV/SA	23 418,19	18 820,79	4,8%	3,6%

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não aplicável

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

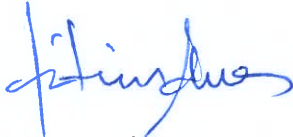
26 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O Conselho de Administração do Grupo MDS, tem acompanhado em pormenor e com grande preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia de Covid-19, seguindo atentamente a posição das entidades competentes nacionais e internacionais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde e a European Centre for Disease Prevention and Control, bem como da Direção Geral de Saúde Portuguesa. Neste contexto, considerando o nível de risco existente, foi desenvolvido um modelo de governo próprio para a gestão desta crise, liderado pela Comissão Executiva da MDS em alinhamento com os principais responsáveis dos vários negócios e geografias, dependente do nível de risco definido a cada momento. Assim, o Grupo MDS tem implementado planos de prevenção / contingência assentes em ações concretas e concertadas, abrangendo toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais, em todos os negócios e geografias do Grupo. Tendo por base a melhor informação disponível à presente data, não nos é possível estimar com fiabilidade os impactos económicos que as medidas tomadas pelas autoridades nacionais e internacionais no âmbito das ações de contenção à propagação do novo Coronavírus - COVID 19 poderão ter no Grupo MDS. Contudo, estima-se que o impacto de tais medidas, não colocarão em causa a continuidade das operações, o cumprimento dos compromissos assumidos e/ou a situação de tesouraria (liquidez) do Grupo MDS.

27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de julho de 2020, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Contabilista Certificado,



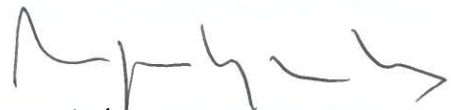
(Maria de Fátima dos Santos Alves)

O Conselho de Administração,



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

(António Manuel Godinho Ribeiro)



(Mário João Henriques Rosa Vinhas)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Accive Insurance - Corretor de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 313.457,73 euros e um total de capital próprio de 223.776,37 euros, incluindo um resultado líquido de 37.569,16 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Accive Insurance - Corretor de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na nota 26 do anexo às demonstrações financeiras, sobre os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia decorrente da propagação da doença provocada pelo novo Coronavírus (“Covid-19”) que têm um impacto significativo na economia portuguesa e mundial à data de aprovação destas demonstrações financeiras, sendo expectável que, apesar da incerteza quanto à evolução e duração da situação atual, esta possa impactar a atividade futura da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na nossa Certificação Legal das Contas, datada de 2 de julho de 2019, inclui uma reserva não aplicável ao presente exercício.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

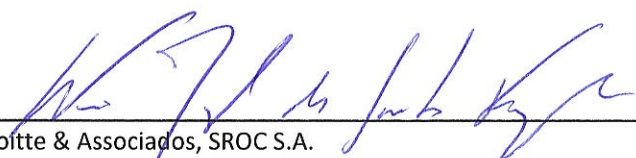
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de julho de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC